

ATA NÚMERO 206/XII/3.ª SL

Aos 18 dias do mês de setembro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 205, referente à reunião de 12 de setembro.
2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.
3. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a fundos europeus de investimento a longo prazo [COM(2013)462].
Relator: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).
4. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 288/XII/2.ª, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outra - Solicitam à Assembleia da República a abolição imediata do instituto da venda de casa de morada de família por parte da Administração Fiscal, por dívidas tributárias dos contribuintes e a criação de um quadro legal com vista à atribuição de uma compensação monetária ao contribuinte objeto e vítima.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
5. Balanço do processo orçamental do Orçamento do Estado para 2013 e trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado para 2014.
6. Distribuição de iniciativas europeias.
7. Conclusão da apreciação das cartas remetidas pela Comissão Europeia em resposta a iniciativas europeias escrutinadas pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública [COM(2012)750, COM(2013)44/45 e COM(2013)71].
8. Informação sobre a participação na reunião ocorrida a 17 de setembro no Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu – 2013.
9. Apreciação do relatório de atividades da Unidade Técnica de Apoio Orçamental referente à 2.ª Sessão Legislativa e das atividades previstas para a 3.ª Sessão Legislativa.
10. Distribuição da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 205, referente à reunião de 12 de setembro.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – Incentivos à capitalização das empresas.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

3. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a fundos europeus de investimento a longo prazo [COM(2013)462].

Relator: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Apreciado o relatório sobre a [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho](#) relativo a fundos europeus de investimento a longo prazo, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

4. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 288/XII/2.ª, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outra – Solicitam à Assembleia da República a abolição imediata do instituto da venda de casa de morada de família por parte da Administração Fiscal, por dívidas tributárias dos contribuintes e a criação de um quadro legal com vista à atribuição de uma compensação monetária ao contribuinte objeto e vítima.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 288/XII/2.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relatora a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

5. Balanço do processo orçamental do Orçamento do Estado para 2013 e trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado para 2014.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

6. Distribuição de iniciativas europeias.

Analisado o quadro de iniciativas europeias remetidas à Comissão, foi distribuída, para elaboração de relatório, a seguinte iniciativa:

Referência	Título	Relator(a)
COM(2013) 615	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos Fundos do Mercado Monetário	Elsa Cordeiro (PSD)

7. Conclusão da apreciação das cartas remetidas pela Comissão Europeia em resposta a iniciativas europeias escrutinadas pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública [COM(2012)750, COM(2013)44/45 e COM(2013)71].

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), relator da COFAP sobre a [Proposta de Diretiva do Conselho](#) que aplica uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras, recordou a oportunidade do acompanhamento, pela Comissão, da referida iniciativa, nomeadamente tendo em consideração os desenvolvimentos recentes, ao nível europeu, sobre esta matéria, propondo que a COFAP sublinhe a relevância do tema e a oportunidade do seu acompanhamento. O Senhor Presidente subscreveu a intervenção do relator, acrescentando o registo, com apreço, do reconhecimento da Comissão Europeia ao trabalho desenvolvido pela Assembleia da República quanto ao escrutínio de iniciativas europeias, devendo, quanto a esta iniciativa em concreto, ser considerados os desenvolvimentos recentes e, nomeadamente, as declarações sobre esta matéria por parte do Comissário Europeu da Fiscalidade, Alfândegas, Estatísticas, Auditoria e Luta contra a Fraude. Não foram suscitadas quaisquer questões sobre as outras iniciativas.

8. Informação sobre a participação na reunião ocorrida a 17 de setembro no Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu – 2013.

O Senhor Presidente deu conta da participação de uma delegação da Assembleia da República – constituída pelos Presidentes das 5.^a e 10.^a Comissões e por um membro da Comissão de Assuntos Europeus – numa [reunião da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu](#), com vista ao balanço do Semestre Europeu de 2013, no

contexto de um [projeto de relatório](#), elaborado pela Deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira, sobre o *Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: implementação das prioridades de 2013*. Nestes termos, sublinhou alguns dos principais temas discutidos, nomeadamente os desafios que se colocam à UE no contexto do Semestre Europeu e as recomendações específicas aos Estados-Membros (especificidade vs. flexibilidade). Deu conta das intervenções de diversos Deputados, ao Parlamento Europeu e dos Parlamentos Nacionais (incluindo a sua intervenção). Deu ainda conta da concretização, no mês de outubro próximo, do estatuído no artigo 13.º do Tratado Orçamental, quanto à participação dos Parlamentos Nacionais, devendo a delegação da Assembleia da República, nos moldes estabelecidos de participação das 4.ª, 5.ª e 10.ª Comissões, assegurar a representação das três Comissões e, rotativamente, dos diversos Grupos Parlamentares nelas representados. O Senhor Presidente referiu, ainda, o debate havido no seio da delegação quanto ao modo de participação da Assembleia da República em reuniões desta natureza (curta duração), num contexto de promoção da eficácia.

9. Apreciação do relatório de atividades da Unidade Técnica de Apoio Orçamental referente à 2.ª Sessão Legislativa e das atividades previstas para a 3.ª Sessão Legislativa.

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

10. Distribuição da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) suscitou o facto de a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública ter solicitado ao Governo um período de negociação suplementar sobre a iniciativa legislativa em apreço, considerando que a distribuição e apreciação do diploma deveriam ser suspensas.

Sobre esta matéria, o Senhor Presidente deu conta do envio à Comissão, por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República (SEXA PAR), de um ofício da Frente Comum, distribuído tempestivamente aos membros da Comissão, do qual consta o pedido de

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

suspensão do processo de apreciação pública e tramitação, na generalidade e especialidade, da iniciativa. Recordou estar em curso até 7 de outubro, por despacho de SEXA PAR, o processo de apreciação pública, e que o cumprimento dos normativos legais em matéria de negociação suplementar é de relacionamento entre Governo e Sindicatos, não dispondo a Assembleia da República de elementos sobre o cumprimento destas regras. Recordou, ainda, não ter a iniciativa sido agendada em reunião da Conferência de Líderes, tendo qualquer Grupo Parlamentar a prerrogativa de suscitar a questão aquando de um eventual pedido de agendamento a efetuar pelo Governo.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) defendeu não poder ser colocada em questão a continuidade do processo legislativo por nenhuma entidade (intervenção subscrita pelo 1.º Vice-Presidente da Comissão), recordando que os Grupos Parlamentares poderiam, nos termos regimentais previstos, recorrer do despacho de admissibilidade da iniciativa de SEXA PAR, o que não ocorrera.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) considerou que a Comissão deveria tomar conhecimento do referido ofício, recordando ser competência da Mesa da Assembleia da República a emissão de despacho de admissibilidade das iniciativas legislativas.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) considerou que a COFAP não pode ignorar o processo negocial em curso, reiterando que a tramitação da iniciativa não deveria continuar sem a esclarecimento, por parte de SEXA PAR, quanto à suspensão ou continuação do processo legislativo.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) reiterou a intervenção anterior, recordando ainda não ter a COFAP elementos quanto à existência, ou não, de um processo negocial em curso.

Foi então consensualizado oficial SEXA PAR no sentido de informar da tomada de conhecimento, pela Comissão, do ofício da Frente Comum, bem como de solicitar eventual informação adicional relativamente à admissibilidade da iniciativa em apreço, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento.

Termos em que o Grupo Parlamentar do PSD indicou como autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª \(GOV\)](#) o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

11. Outros assuntos.

Foram distribuídos os Projetos de [Lei n.º 441/XII/2.ª \(PS\)](#), [n.º 442/XII/2.ª \(PS\)](#) e [n.º 443/XII/2.ª \(PS\)](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado para elaboração de parecer os Senhores Deputados Fernando Virgílio Macedo (PSD), Cristóvão Crespo (PSD) e, novamente, Fernando Virgílio Macedo (PSD), respetivamente.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente recordou a deslocação a Portugal, na semana seguinte, do Secretário-Geral Adjunto da OCDE, no âmbito da qual se reuniria com a COFAP para apresentação e debate do relatório sobre a Reforma do Estado.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) indagou se tinha sido remetido à COFAP o requerimento apresentado pelo BE em sede da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público, tendo o Senhor Presidente informado que não chegara qualquer documento referente à questão suscitada.

Enfim, o Senhor 1.º Vice-Presidente deu conta da audiência concedida por SEXA PAR, na qual participara em representação da Comissão, para receção de uma petição da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor sobre comissões bancárias, ao que o Senhor Presidente recordou o trabalho recentemente desenvolvido pela Comissão nesta matéria, ficando a apreciação sobre a admissibilidade da Petição agendada para a reunião seguinte da Comissão.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada pelas 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2013

O PRESIDENTE,

EDUARDO CABRITA



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Paulo Sá
Pedro Nuno Santos
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Miguel Frasquilho
Pedro Jesus Marques